

**RE nos EDcl no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 92.177 - CE
(2017/0306949-4)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : CRISTOVAM DIONISIO DE BARROS CAVALCANTI JUNIOR
ADVOGADOS : JOSÉ DIONISIO DE BARROS CAVALCANTI NETO - RS054456
CRISTOVAM DIONISIO DE BARROS C. JUNIOR (EM CAUSA PRÓPRIA) - MG130440
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 660/STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE, EM PARTE, NÃO SE ADMITE E, NA OUTRA PARTE, NEGA-SE SEGUIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por CRISTOVAM DIONISIO DE BARROS CAVALCANTI JUNIOR, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fls. 1.439/1.440):

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM **HABEAS CORPUS**. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ANULAÇÃO DA PRIMEIRA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. SÚMULA VINCULANTE N. 24/STF. POSTERIOR LANÇAMENTO. NOVA AÇÃO PENAL. LEGALIDADE. COMPETÊNCIA. LOCAL DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. REGULARIDADE. SUPOSTA AFRONTA AO ART. 489, § 1º, IV, DO CPC. NÃO CONFIGURADA. SUSTENTAÇÃO ORAL NO AGRG. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - Não há que se falar em nulidade por afronta ao art. 489, § 1º, IV, do CPC, quando **a decisão examinou adequadamente todos os argumentos deduzidos no processo que seriam capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.**

II - "O julgador não é obrigado a rebater todos os argumentos aventados pelas partes quando o acórdão recorrido analisar, com clareza, as questões essenciais ao deslinde da controvérsia, havendo, ainda, razões suficientes para sua manutenção" (EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp 534.318/PB, Rel. **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 17/6/2015).

III - O eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região anulou a primeira ação penal considerando a ausência do lançamento definitivo do crédito tributário. Assentou a possibilidade de oferecimento de nova denúncia, após a formalização do processo administrativo fiscal. Esta decisão foi mantida no julgamento do REsp n. 764.348/PR, de minha relatoria.

IV - A decisão foi adequadamente fundamentada no disposto na Súmula Vinculante n. 24/STF, segundo a qual *"Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo."*

V - Do v. acórdão vergastado extrai-se que posteriormente foi lançado o crédito tributário em Fortaleza/CE, oportunidade em que foi oferecida nova denúncia, perante o eg. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, nos termos do entendimento sedimentado na jurisprudência desta Corte, no sentido de que a competência para julgamento dos crimes contra a ordem tributária é do Juízo onde se consumou o delito, qual seja, do local em que foi constituído o crédito tributário.

VI - No presente agravo regimental não se aduziu qualquer argumento apto a ensejar a alteração da decisão agravada, devendo ser mantida por seus próprios fundamentos.

VII - Nos termos do art. 159 do RISTJ, não haverá sustentação oral no julgamento de agravo.

Agravo regimental desprovido.

Foram, então, opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados às fls. 1.533/1.555.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1.570/1.595), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao artigo 5º, incisos XXXVII, LIII e LIV, da Constituição Federal, alegando para tanto que o acórdão proferido pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça "ao confirmar a decisão de primeiro grau, quanto à competência da Justiça Federal de Fortaleza/CE para processamento e julgamento do feito, acabou por contrariar o artigo 5º, incisos XXXVII, LIII e LIV, da CF/88 que garante a competência para processar e julgar o lugar onde ocorreu a constituição do crédito tributário por meio do lançamento fiscal, bem como, a proibição de juízo extraordinário (*ex post facto*), ou seja, garantem os princípios do juiz natural e da perpetuação da jurisdição" (fl. 1.580).

Aduz, que o "princípio do juiz natural de garantia indisponível, tem por titular o Recorrente que sofre na Justiça Federal da 5ª Região, juízo criminal de exceção, devendo o Estado submeter a limitação da Justiça Federal da 4ª Região, sendo direito do réu (eficácia positiva da garantia constitucional), de outro lado, uma imposição ao Estado (eficácia negativa desta mesma garantia constitucional), que impede a Justiça Federal da 5ª Região processar e julgar o segundo feito" (fls. 1.590/1.591).

Ressalta que "o declínio do processo de Curitiba/PR para Fortaleza/CE, foi casuístico, uma vez que não decorreu de supressão do órgão judiciário nem da alteração da competência em razão da matéria ou da hierarquia, restando violadas as garantias constitucionais do juiz natural, da perpetuação da jurisdição e do devido processo legal que, culminaram por contrariar o disposto no artigo 5º, incisos XXXVII, LIII e LIV, da CF/88" (fl. 1.594).

Requer o provimento do Recurso Extraordinário "para reconhecer a competência do r. Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR para processamento e julgamento do feito" (fl. 1.594).

Apresentadas as contrarrazões às fls. 1.600/1.605.

É o relatório.

Decido.

De início, quanto à alegada ofensa ao artigo 5º, incisos XXXVII e LIII, da Constituição Federal, cabe ressaltar que o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que a discussão sobre eventual ofensa ao princípio do juiz natural é de natureza infraconstitucional, não sendo apta, pois, a inaugurar a via extraordinária.

Confirmam-se, a propósito, os seguintes julgados:

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. AUSÊNCIA DE QUESTÃO CONSTITUCIONAL. IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ. EXCEÇÃO. CONTROVÉRSIA DECIDIDA COM BASE NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO.

1. O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou preliminar de repercussão geral relativa à controvérsia sobre suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal (ARE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes - Tema 660).

2. O STF já decidiu tratar-se de matéria infraconstitucional a questão relativa à afronta ao princípio do juiz natural. Precedentes.

3. O STF entende que “o princípio da identidade física do juiz, positivado no § 2º do art. 399 do CPP não é absoluto e, por essa razão, comporta as exceções arroladas no artigo 132 do CPC, aplicado analogicamente no processo penal por expressa autorização de seu art. 3º” (HC 123.873, Rel. Min. Luiz Fux). Nessa linha, veja-se o ARE 839.680-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli.

4. A parte recorrente se limita a postular a análise da legislação infraconstitucional pertinente e uma nova apreciação dos fatos e do material probatório constante dos autos, o que não é possível nesta fase processual (Súmula 279/STF).

5. A decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(ARE 1137527 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 24/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-187 DIVULG 05-09-2018 PUBLIC 06-09-2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E QUEBRA DE IMPARCIALIDADE DO JUIZ SINGULAR. OFENSA REFLEXA. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. DESPROVIMENTO. 1. O art. 93, IX, da Constituição Federal não determina o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. Precedentes. 2. A jurisprudência desta Suprema Corte assentou que a discussão acerca de eventual violação ao princípio do

juiz natural, quando o exame da pretensão recursal depender de prévia análise de normas infraconstitucionais, não admite processamento extraordinário, eis que a ofensa, se existente, seria indireta à Constituição Federal. 3. Agravo regimental desprovido.

(ARE 1097947 AgR, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 23/03/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-066 DIVULG 06-04-2018 PUBLIC 09-04-2018)

Destarte, quanto a este ponto, o recurso extraordinário não merece admissão.

Por outra via, no que tange a violação do artigo 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, verifica-se que no julgamento do ARE 748.371 RG/MT, o Plenário do Excelso Pretório concluiu pela ausência de repercussão geral da questão relativa à suposta afronta aos princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e dos limites da coisa julgada, se dependente de prévia violação de normas infraconstitucionais (Tema 660/STF), como é o caso dos autos, que trata da ofensa aos artigos 81 do Código de Processo Penal e 43 do Código de Processo Civil em vigor.

A ementa do acórdão foi redigida nos seguintes termos:

Alegação de cerceamento do direito de defesa. Tema relativo à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal. Julgamento da causa dependente de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Rejeição da repercussão geral. (ARE 748371 RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 06/06/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-148 DIVULG 31-07-2013 PUBLIC 01-08-2013)

No mesmo sentido, cumpre também trazer à baila os seguintes julgados da Corte Suprema:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. VIOLAÇÃO AO DIREITO ADQUIRIDO, AO ATO JURÍDICO PERFEITO E AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. OFENSA CONSTITUCIONAL REFLEXA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STF. REAPRECIÇÃO DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. 1. O STF, no julgamento do ARE 748.371-RG/MT (Rel. Min. GILMAR MENDES, Tema 660), rejeitou a repercussão geral da violação ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito, à coisa julgada ou aos princípios da legalidade, do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, quando se mostrar imprescindível o exame de normas de natureza infraconstitucional. 2. O acórdão do Tribunal de origem revela-se em consonância com a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 3. A reversão do julgado depende da análise da legislação local e do conjunto probatório constante dos autos, o que é incabível em sede de recurso extraordinário, conforme consubstanciado nas Súmulas 280 (Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário) e 279 (Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário) do STF. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (RE 589655 AgR, Relator(a): Min.

ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 10/08/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-174 DIVULG 23-08-2018 PUBLIC 24-08-2018)

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Processual Civil e Administrativo. Recurso de corte diversa. Pressupostos de admissibilidade. Inexistência de repercussão geral. Precatório. Violação da coisa julgada. Repercussão geral. Ausência. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes. 1. O Plenário da Corte, no exame do RE nº 598.365/MG, Relator o Ministro Ayres Britto, Tema 181, concluiu pela ausência de repercussão geral do tema relativo a pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros tribunais, dado o caráter infraconstitucional da matéria. **2. Ausência de repercussão geral do tema relativo à suposta violação dos princípios da legalidade, do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal, bem como dos limites objetivos da coisa julgada (ARE nº 748.371/MT, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Tema 660, DJe de 1º/8/13).** 3. Conclusão em sentido diverso da adotada no acórdão recorrido demandaria, na espécie, o reexame aprofundado do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável na via eleita, segundo o enunciado da Súmula nº 279/STF. 4. Agravo regimental não provido. 5. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, haja vista tratar-se, na origem, de mandado de segurança (art. 25 da Lei nº 12.016/09). (ARE 994883 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-174 DIVULG 23-08-2018 PUBLIC 24-08-2018)

Ante o exposto, não admito o recurso extraordinário em relação à aventada ofensa ao artigo 5º, incisos XXXVII e LIII da Constituição Federal, com fundamento no artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, e no que concerne à apontada violação do artigo 5º, inciso LIV da Constituição Federal, nego seguimento ao recurso extraordinário, com fundamento no artigo 1.030, inciso I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
Vice-Presidente